

“PÓS-GRADUAÇÃO ACADÊMICA NÃO PODE SER PREJUDICADA POR ESPECIALIZAÇÃO”, DIZ PRÓ-REITORA

Pedro Estevam da Rocha Pomar
Editor da Revista Adusp

A pró-reitora de Pós-Graduação, professora Suely Vilela, foi uma das principais responsáveis pela decisão do Conselho de Pós-Graduação (CoPGr), que, em sua reunião de 24 de abril de 2002, vetou a criação de quatro cursos pagos e criou comissões para estudar a situação dos cursos pagos na USP. Nesta entrevista, a Pró-Reitora explica que não pode haver um desvio de prioridade na Pós-Graduação, em detrimento dos mestrados e doutorados acadêmicos. Embora os cursos lato sensu já sejam 112, a professora reconhece que não há controle sobre eles

Revista Adusp- Que implicações tem para a vida da USP a decisão do Conselho de Pós-Graduação de suspender a aprovação de novos cursos pagos e instituir uma comissão para estudar o problema?

Suely Vilela- Ao assumirmos esta Pró-Reitoria, observamos que já existia uma discussão sobre esses cursos de especialização pagos. Tanto a tramitação dos processos, como eles deveriam estar instruídos, quanto a própria questão filosófica do financiamento. Então, na primeira reunião do Conselho de Pós-Graduação, havia quatro cursos, um parecer dos alunos — que tinham solicitado vistas — onde eles estavam colocando alguns fatos como a necessidade de um acompanhamento desses cursos com relação aos valores que estavam sendo cobrados. Havia uma divergência grande entre os valores desses cursos, a necessidade de uma planilha com o custo dos cursos e a aplicação daqueles recursos. Na primeira reunião, as próprias câmaras do CoPGr já haviam deliberado favoravelmente à inclusão da planilha de custos e da planilha de aplicação dos recursos captados. Outro fato discutido era a carga horária dos docentes envolvidos nesses cursos: nos processos não havia essa documentação. E também o questionamento sobre o próprio financiamento ou não, se a USP deveria manter cursos de especialização pagos ou não. Então, dentro destes três temas levantados, que foram objeto de parecer dos alunos, o CoPGr entendeu que deveria constituir uma comissão para estudar detalhadamente esses cursos. Já constituímos a comissão, e ela deverá já iniciar os seus trabalhos. Deverá trabalhar, primeiro, o diag-

nóstico destes programas. Segundo, o acompanhamento desses programas, porque hoje a Pró-Reitoria não possui um sistema de monitoramento desses cursos. Um dos objetivos principais da Pró-Reitoria é ter um sistema de acompanhamento, para garantir ou aperfeiçoar a qualidade dos cursos oferecidos. Acreditamos que as unidades tenham esse sistema, mas a Pró-Reitoria não tem, e nem temos esse retorno, porque não temos hoje um banco de dados. O terceiro ponto discutido seria o problema do financiamento, colocado na reunião do CoPGr. A suspensão temporária foi exatamente para refletir sobre esses temas, porque já tínhamos alguns cursos em pauta dos quais não constavam essas planilhas, e a câmara tinha se antecipado a essa reunião de abril, já em março ela havia tomado decisões no sentido de solicitar as planilhas. Então foi em função disso. Para que seja o momento, mesmo, de reflexão sobre a qualidade, a garantia de qualidade dos cursos que a USP está oferecendo. Foi exatamente esse objetivo e serão esses os aspectos abordados por essa comissão.

Revista Adusp- Muita gente entende que esses cursos ferem a Constituição, uma vez que estamos tratando de uma escola pública e esses cursos são pagos. Qual é a opinião da Sra. sobre isso?

Suely Vilela- O que tenho observado, o que vi no Estatuto, no Regimento da USP, é que alunos regularmente matriculados teriam que ter a garantia dessa gratuidade. Isso dentro do aspecto legal. Por outro lado, temos que observar também qual seria o papel da Universidade

com a sociedade em termos de oferecer cursos que permitam o aperfeiçoamento de funcionários de uma determinada empresa. A USP não deve deixar de oferecer esses cursos de especialização. Ela deve manter, porque têm uma importância no papel social. Hoje temos 112 cursos *lato sensu*, para um total de 221 cursos *stricto sensu*. Então nós já chegamos a 50% do total dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. E uma das nossas preocupações é que não haja um desvio do principal objetivo da nossa Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que seria dar prioridade ao mestrado, à parte acadêmica, ao *stricto sensu*, e não ao *lato sensu*. O que pretendemos é exatamente isso: que não haja esse desvio de prioridade na USP, e daí a necessidade de fazer um momento de reflexão.

Revista Adusp- Só para ficar mais claro, qual é a quantidade de cursos *stricto sensu* e qual é a de cursos *lato sensu*?

Suely Vilela- *Stricto sensu*, 221 programas. A USP tem pós-graduação desde 1969. Três décadas onde nós temos 221 programas.

Revista Adusp- Gratuitos?

Suely Vilela- Gratuitos, *stricto sensu*. Mestrado e doutorado. E já estamos com 112 *lato sensu*. Entendemos que a própria criação da Universidade de São Paulo se baseia no binômio ensino-pesquisa. Temos sim uma responsabilidade com a especialização, para aperfeiçoar os profissionais que estão no mercado. Mas não podemos deixar nosso objetivo que é — estou colocando isso para o CoPGr — priorizar o *stricto sensu*.

Revista Adusp- No *Jornal da USP*, na edição de 10 a 16 de junho, página 3, está dito que há hoje 112 desses cursos na universidade, embora não estejam cadastrados em bancos de dados. Que isso quer dizer?

Suely Vilela- Significa que não temos realmente um banco de dados na Pró-Reitoria como temos hoje do *stricto sensu*. Temos o sistema Fênix, onde acompanhamos todos os programas do *stricto sensu*. E do *lato sensu* nós não temos. Se você hoje me perguntar quantos cursos desses 112 são pagos, não sei lhe dar essa informação, porque não temos esse registro. Então o que temos que fazer com qualquer informação? Temos que pedir esse processo da unidade para verificar ali, e nem se saberia dizer se todos estão informados e instruídos, se eles são pagos ou não.

Revista Adusp- Quer dizer que é possível também que o número não seja exatamente esse...

Suely Vilela- Que foram avaliados pela Pró-Reitoria, sim. Mas não temos a situação dos cursos. Se você me perguntar quantos alunos tem no curso x, eu não saberia dizer, teria que pedir o processo para verificar. Se já foi emitido o certificado, eu saberia dizer. Não há esse monitoramento, esse acompanhamento, que é essencial, até para garantir a qualidade desse curso. Eles



*“Pontualmente
há uma relação
entre unidades
com muitos cursos
de especialização
e o menor
desempenho na pós
acadêmica”*

são criados, e depois fica a critério da unidade fazer esse acompanhamento.

Revista Adusp- A decisão tomada pelo CoPGr parece ter deixado as fundações privadas muito irritadas. Temos visto algumas declarações dos dirigentes das fundações. A Sra. tem recebido algum tipo de reclamação, de pressão, queixas?

Suely Vilela- Não. Eu não recebi, não houve nenhuma procura, nin-

guém me procurou para fazer qualquer manifestação a esse respeito. Eu entendo que não há motivos para as fundações se preocuparem. A Pró-Reitoria cuida da análise acadêmica, aqui nos compete fazer a análise acadêmica, o gerenciamento administrativo não compete à Pró-Reitoria. Queremos garantir a qualidade, e poder agora discutir um pouco o financiamento. Quem vai decidir o financiamento, ou não, não é a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, posso ter a minha opinião pessoal, mas são dados que vão ser apontados pela comissão, e quem vai definir é a comunidade, temos representantes, presidentes de CPG de cada unidade, eles deverão levar a essas unidades esse posicionamento e isso será decidido. Com relação à tramitação, obviamente como Pró-Reitora preciso também garantir algumas análises destes processos. Por exemplo, o que eu tenho ouvido do CoPGr, essa necessidade de saber quanto é pago por um curso e como estão sendo aplicadas essas verbas. É uma vontade do CoPGr, e daí a necessidade de, no mínimo, uma planilha de acompanhamento, que demonstre a aplicação destes recursos.

Revista Adusp- Há alguma possibilidade de estes cursos virem a passar para a esfera do CoCEX?

Suely Vilela- Existe uma discussão, quando assumi a Pró-Reitoria me foi dito que já havia uma decisão prévia

entre essas duas pró-reitorias, que todos esses cursos passariam para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Fizemos inclusive uma reunião em conjunto, e precisamos primeiro definir uma questão conceitual: o que é uma pós-graduação, o que é uma especialização pós-graduação *lato sensu*, e o que é uma especialização que se encaixaria dentro da Cultura e Extensão. Por exemplo, entendo que a USP pode fazer hoje o curso de uma determinada empresa que tem interesse em reciclar, aperfeiçoar os conhecimentos dos seus funcionários através da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Ela poderia contratar um serviço, um curso para fazer esse aperfeiçoamento. Isso é perfeitamente possível e você está cumprindo o seu papel com a sociedade, de formar, de até colocar uma turma fechada para aquele grupo. A Pró-Reitoria de Cultura e Extensão me parece que já tem uma legislação interna, em que eles deliberaram isso, eles poderiam fazer esse tipo de atividade, depois até compensando, com esse recurso, que aplicariam num curso gratuito nessa mesma direção. Não é o meu pensamento pessoal acabar com os cursos de especialização. Entendo a importância deles. O que eu não gostaria, mas isso também é uma decisão do CoPGr, é que a pós-graduação *stricto sensu* tivesse prejuízos em função do *lato sensu*. E por que eu menciono isso para você? Eu tenho alguns dados que mostram que na última avaliação nós tivemos um acréscimo de 3% no número de cursos com conceito 3. Então temos, hoje, 33 cursos de pós-graduação com conceito 3. Isso nos levou até a fazer uma análise pontual. Se havia algum relacionamento entre

uma unidade que possui um número grande de cursos de especialização e a diminuição do desempenho na pós-graduação acadêmica. E, pontualmente, nós observamos isso. Eu não poderia dizer isso de uma forma generalizada porque nem temos esses dados compilados, mas pontualmente eu poderia dizer, então daí a nossa preocupação. Então isso é importante. O nosso objetivo, a nossa prioridade é aperfeiçoar o desempenho da pós-graduação *stricto sensu*. Nós acabamos de criar um projeto que justamente se chama “Projeto de aperfeiçoamento e desempenho da pós-graduação para os cursos com conceitos 3 e 4”. Esses cursos deverão apresentar um projeto de metas acadêmicas até 15 de julho, e deverão explicar como vão fazer metas e ações de aperfeiçoamento.

Revista Adusp- Quando a Sra. mencionou a possibilidade de a própria Universidade, digamos, vir a administrar esses cursos (e, portanto, captá-los e colocá-los de novo no circuito da própria universidade), tocou numa questão crucial, que é de quem administra estes cursos. Temos visto que, na maior parte das vezes, estes cursos são geridos por fundações privadas, ditas “de apoio”. Qual é a opinião da Sra. sobre as fundações privadas?

Suely Vilela- Não tenho dados, desses 112 cursos, quantos seriam pagos e quantos estariam ligados às fundações. Eu não saberia dizer para você. Sabemos, obviamente, que alguns deles com certeza estão ligados às fundações. Entendo que é necessária uma decisão maior, uma decisão da Universidade, não da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, sobre o papel das

fundações. Ouço, também, que elas agilizam os procedimentos. Isso é real, elas agilizam os procedimentos. Precisamos definir se a USP quer gerenciar estes cursos, porque ela tem toda a competência para fazê-lo, ou se ela passaria essa competência para as fundações. É uma decisão maior, que extrapola o nível da Pró-Reitoria. Na minha opinião, a USP tem que decidir como quer se relacionar com as fundações. Existem muitos defensores das fundações, elas têm um importante papel, e precisa ficar claro para toda a comunidade quais são os recursos colocados na Universidade, com certeza estão sendo colocados, porque 5% de cada projeto é uma taxa que vem para a Reitoria. Agora, precisamos saber exatamente qual é esta relação custo-benefício, e qual vai ser a nossa decisão, e eu entendo que precisa ser realmente discutida.

Revista Adusp- Fizemos um levantamento com base nos dados da Codage e nos dados que as próprias fundações passam para o Ministério Público Estadual. Nenhuma fundação, pelo menos entre as mais importantes, aquelas que arrecadam acima de 10 milhões de reais por ano, nenhuma delas repassa mais do que 3% da sua receita total, por ano, para a USP.

Suely Vilela- Este é um dado importante, porque entendo que nós podemos trabalhar com as fundações, desde que tenhamos um real benefício de todo esse gerenciamento que é feito por elas. A USP poderia até usufruir um pouco mais de todos estes recursos que estão sendo geridos por estes cursos pagos e outras atividades.